**LISTA DE VERIFICAÇÃO**

**OUTORGAS DE USO DE LABORATÓRIO, EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS, MATERIAIS E DEMAIS INSTALAÇÕES EXISTENTES EM SUAS PRÓPRIAS DEPENDÊNCIAS POR ICT PÚBLICA**

**Nup:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Base Legal:** art. 4º, inciso II, da Lei nº 10.973/04 e art. 24, inciso XXXI, da Lei nº 8666/93.

**Obs:** A presente lista de verificação servirá para a instrução processual das três hipóteses de outorgas de uso, quais sejam, termo de autorização, termo de permissão e contrato de concessão de uso. Caso haja peculiaridades em função do instituto adotado, será feita a ressalta expressamente no item correspondente.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS** | **SIM / NÃO**  | **FOLHA** | **OBS.** |
| **DOCUMENTOS A SEREM PROVIDENCIADOS PELA ICT PÚBLICA** |  |  |  |
| **1.** Processo administrativo devidamente autuado e protocolado. |   |   |   |
| **2.** Justificativa do responsável ou da autoridade competente (que dependerá da composição de cada ICT Pública) sobre a outorga de uso, bem como do interesse público existente, contendo, no mínimo:I – o atesto da disponibilidade de cessão do espaço do laboratório e/ou dos equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações;II – que a outorga de uso será conferida a ICTs, empresas ou pessoas físicas para atividades voltadas à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação;III – que a outorga de uso não terá interferência na atividade-fim da ICT Pública; eIV – que a outorga de uso não conflitará com a atividade-fim da ICT Pública. |  |  |  |
| **3.** Anexo I - Descrição da área do laboratório e dos bens a serem concedidos: definição do espaço objeto da Concessão de Uso – em metros quadrados ou outra medida pertinente -, relação completa dos bens que serão disponibilizados e de seu estado de conservação na data da concessão, bem como de seu valor de mercado, devidamente atestado pelos responsáveis ou por comissão nomeada para a referida finalidade. |   |   |   |
| **4.** Anexo II - Regimento Interno e Procedimentos de Segurança do Laboratório (ou documentos análogos), cuja presença dependerá da existência dos referidos documentos em cada ICT Pública. |  |  |  |
| **5.** Exame e parecer técnico do Núcleo de Inovação Tecnológica sobre a outorga de uso (art. 16, §1º, IX, Lei nº 10.973/2004). |  |  |  |
| **6**. Atesto da autoridade competente quanto à obediência às prioridades, critérios e requisitos aprovados e divulgados pela ICT Pública para a outorga de uso de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e/ou demais instalações existentes (parágrafo único, art. 4º, Lei nº 10.973/04). |  |  |  |
| **7.** Aprovação da outorga de uso nas instâncias competentes da ICT Pública, conforme política de inovação ou, na ausência, nas instâncias diretamente relacionadas, nos termos do regramento interno de cada instituição. |  |  |  |
| **8. Contrapartida financeira -** Pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da concessão, considerando, em especial, o espaço do laboratório e os equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações que serão objeto da concessão, a ser realizada pela equipe técnica competente, com a manifestação do Núcleo de Inovação Tecnológica.Obs: A pesquisa de preços deve ser realizada quando se tratar de contrapartida financeira (parágrafo único, III, art. 26, Lei 8.666/93). |  |  |  |
| **9. Contrapartida não financeira** – registro nos autos das quantidades (se mensurável), o valor aproximado de mercado (se comercializável), bem como a apresentação de estudo a ser realizado pela área técnica competente se a contrapartida não financeira escolhida é capaz de, suficientemente e de forma adequada, compensar o uso do espaço público e dos bens que o compõe (parágrafo único, III, art. 26, Lei 8.666/93), com a manifestação do Núcleo de Inovação Tecnológica. |   |   |   |
| **10.** Edital de chamamento público, a fim de assegurar a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas (parágrafo único, art. 4º, Lei nº 10.973/04 e parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93).Em caso de inviabilidade, apresentação das justificativas pertinentes quanto à existência de um único interessado na concessão, devidamente firmada pela autoridade competente (parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93).Obs: No caso de autorização de uso, não é necessária a realização de chamamento público. No entanto, é imprescindível que, de alguma forma, seja assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas. |  |  |  |
| **11**. Autorização da contratação direta exarada pela autoridade competente (art. 50, IV, Lei n° 9.784/99).Obs: Não aplicável às autorizações de uso. |   |   |   |
| **12.** Minuta de contrato ou minuta de termo. |   |   |   |
| **13.** Análise pela Procuradoria Federal junto à entidade (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).Obs: Em caso de celebração de termo de autorização ou de permissão de uso, a análise jurídica não é obrigatória por força de lei, em que pese ser recomendável, ficando a critério do gestor a submissão do processo à Procuradoria Federal, almejando sempre a regularidade da prática do ato administrativo que se quer formalizar. |  |  |  |
| **DOCUMENTOS A SEREM OBTIDOS JUNTO À OUTORGADA** |   |   |   |
| **14.** Comprovação de requisitos de habilitação jurídica – inclusive para conferência dos poderes do representante da empresa contratante (art. 28, Lei nº 8.666/1993). |  |   |   |
| **15.** Documentos do responsável legal da concessionária – pessoa que irá assinar o Termo (RG, CPF e Comprovante de Residência + Ata de Nomeação, Termo de Posse ou documento correlato). |  |  |  |
| **16.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ. |  |  |  |
| **DOCUMENTOS A SEREM OBTIDOS JUNTO À FUNDAÇÃO DE APOIO (caso venha a ser interveniente)** |  |  |  |
| **17.** Ato de constituição/ habilitação jurídica (art. 28, Lei nº 8.666/1993)Estatuto social da Fundação de Apoio, comprovando finalidade não lucrativa e de ser incumbida, regimental ou estatutariamente, da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico e tecnológico; |  |  |  |
| **18**. Documentos do Responsável Legal da FUNDAÇÃO DE APOIO – pessoa que irá assinar o contrato (RG, CPF e Comprovante de Residência + Ata de Nomeação, Termo de Posse ou documento correlato). |  |  |  |
| **19**. Registro e credenciamento junto ao MEC/MCTI e autorização para apoiar, em sendo o caso (art. 4º, §2º, Decreto nº 7.423/2010, art. 4º, I, Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191, de 13 de março de 2012 e art. 2º, III, Lei nº 8.958/1994). |  |  |  |
| **20.** Justificativa para a contratação (caso exista mais que uma Fundação). |  |  |  |
| **21**. Proposta da Fundação de Apoio, demonstrando os seus serviços de apoio, contendo, inclusive, a planilha demonstrativa dos seus custos operacionais incorridos na execução de suas atividades. |  |  |  |
| **22**. Declaração de reputação ético-profissional (art. 24, XIII, Lei nº 8.666/93) e de capacidade técnica-financeira para bem executar o objeto contratado. |  |  |  |
| **23.** Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista (art. 29, Lei nº 8.666/1993). |  |  |  |
| **24**. Consulta aos sistemas de penalidades – CEIS, CNJ e TCU. |  |  |  |
| **25**. Consulta ao CADIN (art. 6º, Lei nº 10.522/2002). |  |  |  |

OBS. 1: CABE ÀS DIRETORIAS, COORDENAÇÔES E ÁREAS OBSERVAR SE, ALÉM DOS DOCUMENTOS ACIMA LISTADOS, OUTROS SÃO NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO PROCESSUAL. (Esses documentos dependem de cada caso e da regulamentação interna da Instituição).

OBS. 2: A AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS DOCUMENTOS LISTADOS NO CHECK-LIST DEVERÁ SER JUSTIFICADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE.